



03/03/2024

Número: **6145441-73.2015.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **27/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 300.474,04**

Processo referência: **Resolução 871/2018**

Assuntos: **Cédula Hipotecária**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes  | Advogados  |
|---|--|
| <b>BANCO BRADESCO S.A. (EXEQUENTE)</b>                |  |
|   | <b>CECILIA PAIVA BAISI VIEIRA (ADVOGADO)</b><br><b>NAIRO JOSE BORGES LOPES (ADVOGADO)</b><br><b>MARILIA PAIVA BAISI (ADVOGADO)</b> |
| <b>GERUZA MARIA DE OLIVEIRA DUARTE (EXECUTADO(A))</b> |  |
|   | <b>OTACILIO FERREIRA (ADVOGADO)</b><br><b>WALTERLY JOSE DE JESUS (ADVOGADO)</b><br><b>EDI CARLOS NOGUEIRA SILVA (ADVOGADO)</b>     |
| <b>PAULO ROBERTO DUARTE (EXECUTADO(A))</b>            |  |

| Documentos  |                    |                          |          |
|-------------|--------------------|--------------------------|----------|
| Id.         | Data da Assinatura | Documento                | Tipo     |
| 10178211241 | 29/02/2024 19:12   | <a href="#">Despacho</a> | Despacho |



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Belo Horizonte / 4ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, 1753, Conjunto Santa Maria, Belo Horizonte - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº: 6145441-73.2015.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

ASSUNTO: [Cédula Hipotecária]

EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.

EXECUTADO(A): PAULO ROBERTO DUARTE e outros

### DESPACHO

**Vistos etc.**

Defiro o pedido para alienação do bem penhorado em hasta pública, devendo ser observado o disposto na Portaria Conjunta nº772/PR/2018.

Em atenção ao disposto no art. 883 do CPC, nomeio Leiloeiro Oficial o **Dr. ARNALDO EMÍLIO COLOMBAROLLI**, independente de compromisso, devendo este observar o disposto no art. 884 do indigitado Códex Instrumental.

Considerando que, com a nomeação no Sistema AJ/TJMG, o Leiloeiro nomeado foi devidamente intimado, via e-mail, **aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias para a aceitação do múnus.**



**Em caso de aceite, constituído Procurador pelo Leiloeiro, proceda-se a imediata habilitação do mesmo no sistema Pje.**

Em caso de recusa expressa ou tácita, estornem os autos conclusos para nova nomeação.

Fixo sua comissão em 10% (dez pontos percentuais) em se tratando de bens móveis e 5% (cinco pontos percentuais) no caso de bens imóveis, calculado sobre o valor da arrematação a ser paga pelo Arrematante, no ato do pregão. **Em caso de parcelamento, que deverá ser realizado em no máximo 10 (dez) prestações, a comissão deverá ser paga juntamente com o sinal.**

**O Leiloeiro nomeado deverá estabelecer as datas e horários das hastas públicas, que deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, podendo tal prazo ser prorrogado, mediante justificativa expressa.**

**Os bens não poderão ser arrematados no primeiro pregão por valor inferior àquele constante da avaliação, autorizada, no segundo pregão, a arrematação do bem por aquele que oferecer maior lance. Fica desde já registrado, entretanto, que em nenhum momento poderá o bem ser vendido por preço inferior a 50% (cinquenta pontos percentuais) do valor da avaliação.**

**Tratando-se de veículo automotor, expeça-se mandado determinando ao Oficial de Justiça, que proceda à remoção do(s) bem(ns) para o depósito do leiloeiro, situado na Rua Sacadura Cabral, 680, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG.**

Havendo resistência da parte executada no cumprimento da ordem de remoção, fica autorizado o Oficial de Justiça a solicitar reforço policial na forma do artigo 846, § 2º, do CPC, devendo ser advertida a parte executada de que seu procedimento configura ato atentatório à dignidade da justiça, podendo ser condenada ao pagamento de multa e demais sanções, nos termos dos artigos 772 e 774 do CPC, bem como eventual crime de desobediência.

**Cópia desta decisão poderá servir como ofício.**



**Saliento, por oportuno, que as despesas decorrentes da remoção correrão por conta da parte Exequente, devendo a mesma ser intimada para recolher a verba indenizatória correspondente.**

**EXPEÇA-SE** edital na forma do art. 886 do Código Instrumental Civil, devendo ser afixado no local do costume, sem prejuízo de o Leiloeiro nomeado adotar outras formas de publicidade, às suas expensas.

**Sobre a hasta pública, intimar a parte Executada e cientificar eventuais interessados, nos termos do art. 889, do CPC. , bem como o cônjuge, se pessoa natural e casado for.**

Encerrada a hasta pública, lavre-se auto de arrematação, sob responsabilidade do Leiloeiro, submetendo-o à apreciação deste Juízo para que seja assinado, nos termos dos art. 879, § 2º e 901 do CPC.

**Após efetuado o depósito integral pelo Arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da Execução,** expeça-se carta de arrematação e mandado de imissão na posse, nos termos do art. 901 do CPC.

P.I.

Cumpra-se.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

WENDERSON DE SOUZA LIMA

Juiz(íza) de Direito

4ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

